

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 1.037, DE 2003

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a habilitação de pessoas portadoras de deficiência física.

Autor: Deputado RICARDO IZAR

Relator: Deputado LAEL VARELLA

I - RELATÓRIO

A proposição em epígrafe pretende acrescentar um art. 147-A ao Código de Trânsito Brasileiro para dispor que, quando o candidato for portador de deficiência física, o exame de direção veicular deve ser considerado prova especializada e ser julgado por uma comissão especial. Tal comissão, a ser nomeada pelo órgão executivo de trânsito estadual, deve ser integrada por dois examinadores de trânsito e um médico. Ademais, o veículo utilizado para a realização do exame deve estar adaptado segundo a indicação contida no laudo médico emitido pela comissão especial.

O Autor argumenta, na justificção da proposta, que a habilitação é um importante instrumento para a inserção social das pessoas portadoras de deficiência física, na medida que vai proporcionar a essas pessoas condições de estudar e trabalhar.

Distribuído inicialmente à Comissão de Seguridade Social e Família, a proposição recebeu parecer pela aprovação quanto ao mérito. A

esta Comissão de Viação e Transportes compete manifestar-se quanto às questões relativas ao trânsito.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas neste órgão técnico.

É o nosso relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Tem razão o nobre Autor quando aponta a importância de se criarem mecanismos para a inserção social das pessoas portadoras de deficiência física, mediante acesso à educação e ao mercado de trabalho. Tanto assim que a nossa Carta Magna estatui ser objetivo da assistência social a integração dessas pessoas à vida comunitária (art. 203, inciso IV, CF). Além disso, o Estado deve prover atendimento especializado para os portadores de deficiência física, o que inclui o treinamento para o trabalho e a convivência, bem como a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos (art. 227, § 1º, inciso II, CF).

O cumprimento desses preceitos constitucionais impõe a elaboração de normas específicas para as pessoas portadoras de deficiência física, bem como a formulação de políticas de ação afirmativa, que criem uma “discriminação positiva” de tais pessoas, para que elas possam ter pleno gozo de seus direitos. Não obstante, o Código de Trânsito Brasileiro, em seus dispositivos sobre processo de habilitação, não faz qualquer diferenciação para os portadores de deficiência física.

Dessa forma, o projeto de lei em exame vem preencher uma importante lacuna, ao prever condições especiais para a prova de direção exigida no processo de habilitação de pessoas portadoras de deficiência. No tocante à segurança do trânsito, aspecto sobre o qual esta Comissão deve debruçar-se, não há qualquer prejuízo. Pelo contrário, o fato dos portadores de deficiência submeterem-se a uma prova específica vai permitir que essas

peças sejam melhor avaliadas, com resultados positivos para o seu comportamento futuro no trânsito.

Diante do exposto, somos pela aprovação quanto ao mérito do Projeto de Lei nº 1.037, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado LAEL VARELLA
Relator